



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAZINHO  
SETOR DE LICITAÇÕES**

**CONTRATO Nº 085/2019**

**Processo Licitatório n.º 106/2019.**

**Pregão Eletrônico n.º 005/2019.**

O **MUNICÍPIO DE CARAZINHO/RS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ n.º 87.613.535/0001-16, com sede na Avenida Flores da Cunha, número 1264, Centro, CEP 99.500-000, neste ato representado pelo Prefeito, **Sr. Milton Schmitz**, inscrito no CPF sob n.º 584.588.168-49, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro lado, a empresa **STEPHANIE LACERDA ALENCAR FARIAS - ME**, inscrita no CNPJ n.º 30.300.943/0001-09, estabelecida na Rua Pedro Vargas, número 1176, Sala 02, Centro, no município de Carazinho/RS, CEP 99.500-000, telefone (54) 3331-7224, e-mail solumoveis@hotmail.com, neste ato representada pela sua representante legal, **Sra. Stephanie Lacerda Alencar Farias**, portadora da Carteira de Identidade n.º 5128424, expedida pela SSP/GO e inscrita no CPF sob n.º 022.069.661-66, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, é celebrado o presente contrato discriminado na Cláusula Primeira - OBJETO, que será executado, em conformidade ao disposto no Decreto Municipal n.º 133/2002, Lei Federal n.º 10.520/2002, subsidiariamente à Lei Federal n.º 8.666/93, demais normas complementares, vinculado ao disposto no edital de **Pregão Eletrônico n.º 005/2019** e à proposta vencedora, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1** Constitui o objeto deste processo a aquisição de equipamentos e materiais permanentes, conforme Proposta n.º 11836.978000/1160-02 cadastrada no Fundo Nacional de Saúde – Ministério da Saúde – Governo Federal e solicitação da Secretaria Municipal da Saúde e Vigilância Sanitária, através do Ofício 127/2019 – Gabinete da Secretaria e com as condições e especificações constantes no edital **Pregão Eletrônico n.º 005/2019** e seus anexos.

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
10	10	Unidade	ARMÁRIO EM MADEIRA / MDF COM 2 (DUAS) PORTAS, com chave e puxador e com 03 prateleiras internas. Medida aproximada de 150 x 80 x 40 cm. Tampo e corpo em 15 mm; Fundo em 3 mm e Cor: branco. (MDF ou MDP)	SOLU/ALS	R\$ 261,90	R\$ 2.619,00

**CLÁUSULA SEGUNDA: DA ENTREGA**

**2.1** O prazo para entrega dos equipamentos e materiais permanentes é de até 30 (trinta) dias, a contar da emissão da Ordem de Fornecimento ou da Nota de Empenho, através da solicitação da Secretaria Municipal da Saúde e Vigilância Sanitária.

**2.2** A **CONTRATADA** deve agendar com a Secretaria Municipal da Saúde, a data e horário para a entrega dos equipamentos/materiais permanentes.

**2.3** Os equipamentos/materiais permanentes deverão ser entregues pela **CONTRATADA** em local determinado pela Secretaria Municipal da Saúde e deverão ser descarregados e, se necessário montados, por funcionários da mesma, sem nenhum custo adicional ao **CONTRATANTE**, em horário de expediente, de segunda a sexta-feira, correndo por conta da **CONTRATADA** as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DA GARANTIA**

**3.1** A garantia abrange qualquer conserto/substituição dos equipamentos e/ou materiais, sem acarretar ônus para o **CONTRATANTE**, exceto se a ocorrência do dano se der por dolo, imperícia ou mau uso por parte do **CONTRATANTE**.

### **CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR E PAGAMENTO**

**4.1** O valor global do presente contrato é de **R\$ 2.619,00** (dois mil, seiscentos e dezenove reais), aceito pela **CONTRATADA**, entendido este preço justo e suficiente para a execução do presente objeto.

**4.2** O pagamento será efetuado conforme Decreto Executivo n.º 011/2017, conforme agendamento no Setor de Tesouraria do Município, mediante a apresentação da Nota Fiscal devidamente vistada e carimbada pela **Secretária Municipal da Saúde e Vigilância Sanitária**.

**4.3** O pagamento será realizado através de depósito em conta corrente conforme dados fornecidos pela **CONTRATADA: Banco do Brasil, Agência nº 0358-1, Conta Corrente nº 42583-4**.

**4.4** Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IPCA/IBGE do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a **CONTRATADA** com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

**4.5** Serão processadas as retenções previdenciárias nos termos da lei que regula a matéria.

### **CLÁUSULA QUINTA: DAS PENALIDADES**

Pela inexecução total ou parcial do contrato o **MUNICÍPIO** poderá, garantida prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes penalidades:

Multa de 0,5 % (meio por cento) por dia de atraso, limitado esta a 20 (vinte) dias, após o qual será considerado inexecução contratual;

Multa de 8% (oito por cento) no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 01 (um) ano;

Multa de 10 % (dez por cento) no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo

de 02 (dois) anos.

**Observação 1:** As multas serão calculadas sobre o montante não adimplido do contrato.

**Observação 2:** As multas aplicadas na execução do contrato serão descontadas do pagamento, a critério exclusivo do **MUNICÍPIO** e, quando for o caso, cobradas judicialmente.

#### **CLÁUSULA SEXTA: DA RESCISÃO**

**6.1** Será rescindido o presente contrato, nos seguintes casos:

a) por ato unilateral e escrito do **CONTRATANTE**, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVIII do art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, não cabendo indenização de qualquer das partes;

b) amigavelmente, por acordo entre as partes, mediante formalização através de aviso-prévio, não cabendo indenização de qualquer das partes, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**;

c) judicialmente, nos termos da legislação vigente.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DA FISCALIZAÇÃO**

**7.1** A fiscalização caberá diretamente à Secretária Municipal da Saúde e Vigilância Sanitária ou através de servidor formalmente designado, na forma do artigo 67 da Lei Federal n.º 8.666/93, a quem compete verificar se a **CONTRATADA** está executando o fornecimento, observando o contrato e os documentos que o integram.

**7.2** A fiscalização terá poderes para agir e decidir perante a **CONTRATADA**, inclusive rejeitando o fornecimento que estiver em desacordo com o contrato, obrigando-se, desde já, a **CONTRATADA** assegurar e facilitar o acesso da fiscalização a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

**7.3** A fiscalização terá plenos poderes para sustar qualquer fornecimento que não esteja sendo realizado dentro dos termos do contrato, solicitando providências da **CONTRATADA**.

**7.4** Cabe à fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e, em caso de multa, a indicação do seu valor.

**7.5** A ação e/ou omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá a **CONTRATADA** da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

#### **CLÁUSULA OITAVA: DOS RECURSOS FINANCEIROS**

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

09 SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

09.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/CARAZINHO

09.02.10 SAÚDE

09.02.10.301 ATENÇÃO BÁSICA  
09.02.10.301.1004 AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DA SAÚDE  
**09.02.10.301.1004.2074 MANUT. UNIDADES ESTRATÉGIA SAÚDE FAMÍLIA**  
34944/3.4.4.90.52.00.00.00 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE  
4931 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS – FNS

**CLÁUSULA NONA: DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**9.1** Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela **CONTRATADA**, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

**9.2** O preço ajustado no contrato será alterado quando ocorrer acréscimo ou supressão, ou no caso de reequilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior, devidamente reconhecido em processo administrativo, respeitando-se os limites previstos em Lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA: DA VIGÊNCIA**

**10.1** O presente contrato terá a vigência desde sua assinatura, tendo data limite com o final do exercício financeiro (31/12/2019).

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DISPOSIÇÕES FINAIS**

Fica eleito, de comum acordo entre as partes, o Foro da Comarca de Carazinho/RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos do presente contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento que, lido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

Carazinho (RS), 21 de agosto de 2019.

**CONTRATANTE**  
**MUNICÍPIO DE CARAZINHO**

**CONTRATADA**  
**STEPHANIE LACERDA ALENCAR FARIAS - ME**

Este CONTRATO encontra-se examinado e aprovado por esta Assessoria Jurídica.

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_